

NOTA DE IMPRENSA

IL quer respostas em 60 dias

Nuno Barata propõe Grupo de Trabalho para aprovar projetos de investimento pendentes no Prorural +

O Deputado do Iniciativa Liberal no Parlamento dos Açores, Nuno Barata, propõe a constituição de um grupo de trabalho especializado para dar, em 60 dias, respostas aos empreendedores que tenham entregado projetos de investimento no âmbito do Prorural +, para promover a modernização do setor agroalimentar, mas que aguardam respostas, nalguns casos, há mais de 36 meses.

Através de um Projeto de Resolução (que já deu entrada os serviços da Assembleia Legislativa acompanhado de um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, para que possa ser discutido e votado já no plenário do próximo mês de abril), os liberais apontam falhas graves aos serviços da Direção Regional do Desenvolvimento Rural que “não dão resposta a dezenas de projetos de investimento que correm sérios riscos de já não se virem a concretizar por demora na análise e resposta” por parte da Região.

Lembrando que existe legislação regional para apoiar quem tenha investimentos previstos na área da transformação, comercialização e desenvolvimento de produtos agrícolas, Nuno Barata salienta que “é necessário continuar a promover a modernização do setor agroalimentar, acentuando o reforço da valorização das produções locais e dando bases de sustentabilidade ao tecido produtivo regional”, mas critica a demora que, nalguns casos, “chega já aos 36 meses sem resposta”.

“O enorme atraso, por parte da Direção Regional do Desenvolvimento Rural, por sua incapacidade manifesta, na análise dos projetos de investimento no âmbito do Prorural +, em alguns casos superior a 36 meses, quando os prazos legais impõem 120 dias úteis”, estão, dizem os liberais, “a gorar as expectativas dos investidores” e colocam em causa “a própria realização dos investimentos”, atentando contra a economia regional.

Falta de respostas do Governo pode evitar realização de investimentos

“Do ponto de vista dos beneficiários investidores, a gestão das expectativas não se coaduna com demoras desta natureza, até pelo custo de oportunidade, mas, principalmente, pela subida dos preços dos fatores de produção, mão-de-obra e juros que ocorreram nos últimos 24 meses e que se refletirão na execução final dos projetos que aguardam uma resposta”, frisa Nuno Barata, apontando um perigo ainda maior: “Tendo em conta o previsto na Portaria n.º 23/2021, de 26 de março, as operações terão de estar concluídas, física e financeiramente, no prazo máximo de 30 meses a contar da data de submissão, não podendo ultrapassar a data de 30 de junho de 2025”.

Ora, prossegue o parlamentar do IL, “considerando a demora nas respostas aos investidores, não será possível, à grande maioria dos promotores, finalizar as respetivas operações de execução em tempo útil e legal, se a análise dos projetos se prolongar por muito mais tempo”.

Assim, os liberais exigem respostas rápidas por parte da tutela da Agricultura, apontando como solução a criação de um grupo de trabalho capaz de, em 60 dias, avançar com a análise final e com as respostas aos empreendedores, tendo em vista a concretização de investimentos privados de melhoria da qualidade das produções agrícolas regionais.

Nuno Barata lembra que a legislação que garante apoios aos empreendedores é de 2021, que, já em 2022, o Governo Regional se comprometeu “a melhorar as respostas aos promotores” do investimento e que “existem técnicos habilitados, fora da Direção Regional do Desenvolvimento Rural, mas dentro da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural”, que devem ser cooptados para agilizar as respostas que urgem ser dadas.

Respostas urgem

Assim, concretamente, o Projeto de Resolução apresentado pelo IL recomenda que o Governo Regional “crie um Grupo de Trabalho Temporário para acompanhamento e avaliação dos projetos de investimento no âmbito da Medida 4 – Investimentos Físicos Ativos, Submedida 4.2 – Apoio à Transformação, Comercialização e Desenvolvimento de Produtos Agrícolas, do programa PRORURAL + e que estão pendentes na Direção Regional do Desenvolvimento Rural”, “que este Grupo de Trabalho incorpore técnicos da Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, como complemento à equipa da Direção Regional” e que “proceda, no prazo máximo de 60 dias, ao deferimento ou indeferimento dos projetos, bem como emita os termos de aceitação referentes ao apoio ao investimento”.

Nuno Barata acentua que “não há maior afronta que possa ser feita a um liberal que é o Estado, neste caso a Região, demorar e complicar a vida aos investidores privados que querem usufruir dos apoios comunitários ao seu dispor para incrementar as produções regionais, ampliar as suas capacidades produtivas, melhorar a qualidade dos produtos e valorizar a economia regional”.

“Os apoios comunitários aos investidores privados, sejam na área agrícola, sejam em qualquer outra área, têm que estar ao dispor da economia; não pode a administração pública e a classe política boicotar a sua utilização em prol do desenvolvimento socioeconómico de uma Região pobre como os Açores”, terminou o Deputado liberal.

Açores, 24 de março de 2023

Assessoria da Representação Parlamentar Iniciativa Liberal Açores
Pedro Ferreira – 96 23 58 905 – pferreira@alra.pt

